

Saberes, práticas e conhecimentos tradicionais camponeses: um estudo sobre o reassentamento de famílias rurais atingidas pelas obras de transposição do rio São Francisco, no Brasil

Verena Sevá Nogueira¹

Resumo

Grandes obras públicas como construções de barragens, rodovias e mais recentemente, as obras da transposição do rio São Francisco na região Nordeste brasileira, afetam diretamente, e nem sempre favoravelmente, as populações que vivem no seu entorno. Neste trabalho dedicamo-nos à investigação de processos de reassentamento de populações camponesas decorrentes das obras de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste setentrional. Entre os anos de 2009 e 2011, duzentas e vinte e sete famílias rurais do município de São José de Piranhas, na Paraíba, foram desapropriadas de suas casas de morada e/ou terras e, posteriormente, reassentadas numa das 4 vilas produtivas rurais construídas no município, pelo então Ministério da Integração Nacional. Ao mudarem-se para as vilas, em 2016, as famílias depararam-se com um novo espaço físico, caracterizado por uma nova paisagem, uma nova estética arquitetônica e por novas regras de organização territorial e laboral impostas pelo projeto governamental de reassentamento. A partir de um estudo de cunho etnográfico realizado com famílias reassentadas na vila produtiva rural Cacaré, em São José de Piranhas, observamos o delineamento de novas configurações sócio territoriais, distintas das anteriormente existentes nos Sítios camponeses (WOORTMANN, E. 1982) onde viviam as famílias até serem desapropriadas. Trata-se de um novo contexto sócio espacial onde essas famílias vêm se reterritorializando (HAESBAERT, 2004), em grande medida, a partir do acionamento e reelaboração de práticas tradicionais camponesas. Práticas que envolvem conhecimento sobre preparo do solo, plantio, colheita, criação de animais, construções de casas e formas de sociabilidade entre vizinhos, aparentados ou não. Nesse cenário propomos refletir sobre o papel dos saberes, das práticas e dos conhecimentos tradicionais nos processos de territorialização e resistência experienciados por famílias camponesas reassentadas.

Palavras-chaves: Reassentamento. Reterritorialização. Campesinato. Saberes tradicionais.

¹ Professora da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.
E-mail: verenaseva@gmail.com

Introdução

O objetivo deste texto é analisar o papel de conhecimentos tradicionais camponeses no processo de re-territorialização de um grupo de famílias sitiadas, submetido a processo de desapropriação e reassentamento em razão de uma grande obra pública: o projeto de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste setentrional.

Figurado no imaginário social do povo brasileiro como rio de integração nacional, a ideia de transpor o rio São Francisco para resolver o problema da seca na região semiárida brasileira remonta ao século XIX, de quando se tem o primeiro registro de documento de autoria do padre carmelita João de Santa Rosa, enviado ao monarca D. João VI, do Reino Unido de Portugal, Algarve e Brasil, o qual recomendara a seu filho D. Pedro I, a realização de um estudo sobre a possibilidade da obra (BEZERRA, 2002).

Durante todo o século XX a transposição do rio São Francisco² figurou em projetos governamentais, mas foi somente em 2004, durante o primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, e em meio a muito alarde e polêmicas econômicas, políticas e ambientais, que as obras da transposição tiveram início. Trata-se de uma grande obra pública, em fase final de implantação que atravessa quatro estados da federação: Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, provocando mudanças socioterritoriais de uma magnitude ímpar, seja por deslocar compulsoriamente populações de seus territórios e impactar o meio ambiente.

Ademais do discurso governamental que destaca as benesses advindas da chegada das águas do São Francisco para o abastecimento de uma região historicamente carente de recursos hídricos, um dos “efeitos sociais” (SIGAUD, 1988) do projeto foi o deslocamento compulsório de população residente no campo, e posterior reassentamento

² Projeto de transposição do São Francisco é a forma corriqueira como é conhecido o “Projeto de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do nordeste setentrional”. Desde ponto em diante do texto passarei assim a me referir a essa grande obra pública.

numa das dezoito vilas produtivas rurais construídas pelo então Ministério da Integração Nacional³, órgão do governo federal responsável, à época, pela obra.

A partir de pesquisa de cunho etnográfico junto a um grupo de famílias de sítiantes impactadas pelo projeto de transposição do São Francisco no município de São José de Piranhas, na Paraíba, trarei à análise algumas práticas agrícolas tradicionais assentadas sobre saberes e conhecimentos tradicionais trazidas de um modo de vida camponesa.

Um campo véio feio: o reassentamento na vila produtiva rural Cacaré

Assentado em quatro estados brasileiros: Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, o projeto de transposição do São Francisco impactou famílias rurais, indígenas e urbanas que vivem, trabalham ou mesmo transitam pelos locais atingidos pelas obras (CORREIRA, 2019; CAMARGO, 2017; GONÇALVES, 2014).

No decurso dos anos de 2009 e 2011 foram desapropriadas aproximadamente duzentos e trinta famílias de sítiantes⁴ do município de São José de Piranhas. Em 2016 duzentos e vinte e sete destas famílias foram reassentadas numa das quatro vilas produtivas rurais construídas neste mesmo município: cento e trinta na Cacaré, trinta na Irapuá 1, vinte na Irapuá 2 e quarenta e sete na Quixeramobim.

A saída dos Sítios foi descrita por vários de meus interlocutores como triste e revoltante. Um processo em que *muita gente não aguentou de tristeza [pois] pensava demais*, tendo sido relatados casos de depressão e suicídios⁵.

O deslocamento dos Sítios para as vilas envolveu um longo processo de resistência, negociação e espera por parte das famílias afetadas. Um processo que contou com a imprescindível mediação do Sindicato dos trabalhadores rurais de São José de Piranhas. Uma mediação que teve início quando em 2004 alguns sítiantes foram procurar o sindicato para saber quem eram umas pessoas que estavam perambulando em seus Sítios, ficando marcas e fazendo medições, e atravessou a negociação da indenização pelas terras e casas desapropriadas. Um sindicato que intermediou a concessão aos

³ O Ministério da Integração Nacional foi extinto em 2019, durante o governo do presidente Jair Bolsonaro, sendo substituído pelo Ministério do Desenvolvimento Regional

⁴ Tive acesso apenas a documentação referente às famílias rurais reassentadas, o que não corresponde ao total das desapropriadas. As famílias de pequenos sítiantes ou moradores que, à época da desapropriação, tiveram sua indenização em até trinta mil reais, puderam optar em receber a indenização total ou permutar o valor da casa por um lote numa das futuras vilas a serem construídas pelo Ministério da Integração Nacional. Sobre esse assunto ver Nogueira, 2019.

⁵ Sobre a dor da saída, ver Nascimento, 2018.

desapropriados de uma verba de manutenção mensal (Programa de Transferência Provisória – PTT) no interregno entre a saída dos Sítios e o reassentamento nas vilas, alguns anos depois; que organizou e atuou em defesa dos desapropriados nas muitas reuniões que foram convocados pelo Ministério da Integração Nacional; e que até os dias atuais continua a dar assistência a essas famílias em questões relativas ao processo de reassentamento nas vilas produtivas rurais⁶.

Na vila produtiva rural Cacaré, locus da pesquisa ora discutida, ao longo do mês de março de 2016 foram reassentadas cento e trinta famílias. Em meio a lamentos mesclados de otimismo e esperança, a chegada nas vilas foi um momento de estranhamento e medo para muitos de seus novos moradores. Alguns relatos de moradores da vila|:

O dia que eu vim pra aqui, Virge Maria, eu não dormi à noite, fiquei mareada (Rosa, set 2018).

eu passei três noites sem dormir (Disailton, set 2018).

you acordava de manhã olhava pro mundo, num via nada, coisa aberta (filha de Rosa, vila Cacaré, set 2018).

Assim como as outras vilas produtivas rurais construídas no município de São José de Piranhas, a Cacaré localiza-se em área próxima e, em alguma medida coincidente, com a dos Sítios desapropriados das famílias que para ali foram impelidas a se mudar. E foi do antigo Sítio Cacaré, um dos mais populosos, que saiu a maior parte das famílias reassentadas na vila Cacaré. Elementos característicos da vila que resultaram, inclusive, na demanda exitosa de seus então futuros habitantes, para que a vila recebesse o nome do antigo Sítio, Cacaré⁷.

Não obstante a proximidade física da vila em relação aos Sítios desapropriados, e a coincidência de características geofísicas entre eles, a nova morada é frequentemente representada como um lugar não familiar, ao menos no início, e descrito como *deserto, sem nada, aberto, feio*, dentre outras características.

Algumas reações à questionamentos sobre a nova vila:

⁶Discurso sobre a mediação entre o sindicato dos trabalhadores rurais de São José de Piranhas e o Ministério da Integração Nacional em Nogueira, 2015 e 2019.

⁷ O tema das negociações acerca da escolha do nome e da localização exata da vila produtiva rural Cacaré foi analisado no artigo que publiquei no periódico Novos Cadernos NAEA (NOGUEIRA, 2019).

um campo véio feio, [que] quando amanhece o dia era uns passarinho véio cantando aí [...] você vê quando aqui [na vila] tá chovendo, é uns trovão mais grande do mundo, chega a estremecer essa casa quando começa a chover... e aparece um monte de mosquito (Rosa, vila Cacaré, set 2018).

O Sítio que a entrevistada morava antes de ser desapropriada ficava a 4 quilômetros da vila Cacaré. Para um observador externo parece difícil imaginar diferenças entre a chuva, os mosquitos ou os passarinhos da vila e do Sítio. Não obstante, essas diferenças estão presentes na representação que a mesma faz do novo lugar, ao qual foi impelida a morar, quando comparado à sua morada anterior, da qual foi obrigada a sair. Nesse caso um novo lugar que lhe parece feio e amedrontador.

Ademais, ao se mudarem para a vila, as famílias depararam-se com novos arranjos e regras territoriais a elas impostas pelo Ministério da Integração Nacional, pelo IBAMA e pelos novos estatutos locais criados para gerir essa nova forma de vida, não mais no Sítio, mas na vila. Sob esse novo código sócio-ambiental-territorial as famílias passaram a moldar suas vidas, atualizando conhecimentos, saberes e práticas tradicionais. É disso que se trata esse texto.

A partir desse ponto, passo a descrever as novas configurações socioterritoriais da vila Cacaré.

Os lugares na vila Cacaré

No bojo das obras de transposição do rio São Francisco, que percorre os estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande, foram edificadas dezoito vilas produtivas rurais. Em São José de Piranhas, como já mencionado, situam-se 4 delas. Trata-se de vilas bastante semelhantes em seus aspectos territoriais e arquitetônicos, como as plantas das casas de morada, o traçado e o tamanho dos lotes, a presença de áreas comuns, dentre outros aspectos. Nesse texto o recorte analítico recai na vila produtiva rural Cacaré e nos seus moradores.

A vila Cacaré, comumente chamada por alguns de seus moradores - especialmente pelos mais idosos - de agrovila, está configurada em dois setores: a área residencial e os lotes de trabalho.

O setor residencial, denominado emicamente por *vila* é composto pelos lotes residenciais, onde se situam as casas de morada (originariamente 120 casas) cercadas por

aramé farpado, e perfiladas em ruas de terra traçadas como uma espécie de bairro rural planejado, e pelas áreas comuns a toda a comunidade, onde há uma praça com parquinho infantil rodeada pelos alicerces da futura capela do padroeiro São Francisco de Assis, e pelos prédios da associação dos moradores⁸ e do postinho de saúde⁹. Na área comum encontram-se ainda as áreas de proteção ambiental, uma estação de tratamento de água (ETA) e dois poços artesianos comunitários. Dentro da *vila*, ademais, há uma área em separado destinada a futuros núcleos familiares a serem formados pelos filhos e filhas solteiros.

O segundo setor é composto pelos lotes de sequeiro, com medida de 6 hectares em média cada um, e os lotes a serem irrigados pelas águas do rio São Francisco, com apenas 1 hectare de área. Tantos os lotes de sequeiro como os irrigados são áreas privativas das famílias reassentadas na *vila* (residencial), ou seja, cada núcleo familiar que recebe um lote residencial, um lote de sequeiro e um lote irrigado.

Em trabalhos anteriores discorri sobre o processo de alocação das famílias desapropriadas numa das quatro vilas de São José de Piranhas, bem como, sobre a distribuição dos núcleos familiares e internamente às vilas (NOGUEIRA, 2017, 2019). Sem que alongar muito nesse ponto, saliento que o local de origem das famílias - a localização do Sítio desapropriado - e as relações de parentesco, atuaram como critérios centrais na definição tanto da vila, como da localização da casa no interior dessa. Em regra, as famílias foram reassentadas em vilas próximas ao seu antigo Sítio e, as relações de parentesco foram acionadas para situar proximamente núcleos familiares de uma mesma parentela dentro das vilas¹⁰. O agrupamento de grupos de parentes em casas próximas resultou de negociações entre o Sindicato dos trabalhadores rurais de São José de Piranhas e o Ministério da Integração Nacional, no sentido de tentar reproduzir uma relação de morada tradicional encontrada em Sítios Nordestinos.

Contrastando com os Sítios desapropriados, as vilas são percebidas pelos seus novos moradores como um novo lugar, diferente do que antes estavam acostumados. A vila foi descrita por seus moradores como um *condomínio rural, como uma comunidade*

⁸ Esse espaço comum é um local bastante usado pelos moradores de Cacaré. Ali acontecem as reuniões da comunidade, as missas mensais e qualquer outro encontro autorizado pela associação de moradores. Em julho de 2019 realizei a projeção e o debate do longa metragem “Narradores de Javé” para a população local interessada, quando compareceram cerca de 30 pessoas, muitos deles adolescentes e jovens.

⁹ Até finais de 2019 o postinho do Cacaré não tinha começado a funcionar para atendimento da população do local, que precisava se dirigir ao posto de saúde do Distrito de Boa Vista, ou ao hospital municipal na sede urbana do município.

¹⁰.

rural, mas uma comunidade rural organizada. Um novo lugar com novos códigos, regras, conflitos, rearranjos e representações.

Os rearranjos na vila Cacaré

Antes das obras da transposição do São Francisco, os moradores da vila Cacaré eram *sitiantes*, ou seja, viviam em Sítios, uma formação socioterritorial comum na região nordeste do Brasil.

Sítio é uma categoria territorial e identitária comum no Nordeste rural brasileiro. Um território que se configura como espaço das relações sociais de famílias rurais, formado pela inextricável composição de uma dimensão material ou corpórea, perfilada como espaço de poder, organização fundiária, moradia, trabalho, sociabilidade e reprodução, com uma dimensão das representações simbólicas que se tem desse espaço como lugar de pertencimento e identidade (Nogueira, 2019).

Dos Sítios trouxeram não apenas tristeza e mágoa por terem sido forçados a sair, mas também conhecimentos tradicionais que são cotidianamente acionados na nova vida na vila.

Um “sistema de conhecimento tradicional” baseado numa ciência do concreto, num conhecimento atrelado ao empirismo que se opõe à especialização das ciências. (LÉVI-STRAUSS, 1976). E, nesse sentido, um conhecimento tradicional que se opõe a um conhecimento científico, que pode ser definido como um

conjunto de saberes, mitos e relatos, práticas, produtos, técnicas, artefatos e outras manifestações associadas que envolvem espaços manejados e plantas cultivadas, formas de transformação dos produtos agrícolas e sistemas alimentares locais, tendo como elemento estruturante a mandioca (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 19).

Imerso nesse grande tema dos sistemas de conhecimentos tradicionais, proponho focarmos o olhar no que se entende por “sistema agrícola tradicional”, ou seja, num

conjunto dos conhecimentos associados ao manejo do espaço e das plantas cultivadas, os instrumentos e recursos materiais usados em seu plantio,

processamento e preparo, bem como as formas de utilização dessas plantas, seja na alimentação, no sistema de trocas ou em seus usos rituais (IPHAN, 2019, p. 15).

Nos dois primeiros anos após o reassentamento das famílias nas vilas, a produção agrícola ocorreu tão somente no pequeno terreno de 500 metros quadrados onde está localizada a casa de morada, ou seja, no lote residencial. Isso porque a concessão do lote de sequeiro (ou de trabalho) foi mais tardio, em detrimento da *burocracia* do então Ministério da Integração Nacional.

No plantio foram empregadas as mesmas técnicas utilizadas no Sítio, exceto a prática da queimada, ali proibida. Nos Sítios o sistema agrícola estava baseado em etapas cíclicas de brocagem (corte do mato), derrubada (corte das árvores mais grossas e altas), queimada da vegetação, plantio da lavoura, colheita, e pastagem dos animais na palhada que sobra depois da colheita. Nas palavras de uma sitiante reassentada na vila Cacaré: *brocou, queimou, ali planta, ali colhe o legume e ali fica aquele pasto, e bota o gado lá para comer.*

Nas vilas, assim como nos Sítios, não são todos que têm animais de pastagem (bovinos, caprinos e equinos) e, por isso é acionado um sistema de compra ou de troca de pasto.

Nos Sítios desapropriados em São José de Piranhas imperava o sistema de parceria ou meação, que consiste num regime de trabalho agrícola em que o meeiro (ou a família meeira) é um “usuário dependente” do dono da terra (Brandão, 1991), ou seja, ele trabalha a terra de outrem e paga por isso com uma parte da produção, normalmente a metade, além de deixar a palhada para os animais do dono da terra. Um regime de trabalho muito comum entre agricultores destituídos de terra para cultivo e criação, que são moradores (agregados) dos donos da terra, ou possuidores somente de um *chão de casa*, ou seja, de um pequeno pedaço terreno de morada no campo.

Na vila, diferentemente do Sítio, todos os moradores possuem terra de trabalho, embora nem todos tenham animal de pastagem. Não obstante, ao menos nesses primeiros anos na vila, os lotes de sequeiro não foram utilizados para os animais, seja porque não estavam ainda cercados, seja porque não havia água¹¹. O espaço para os animais estava, portanto, reduzido ao quintal da casa (o lote residencial) ou a lugares fora da vila, terras

¹¹ No final de 2019 uma grande parte dos lotes de sequeiro já havia sido cercada, e em alguns deles, seus proprietários haviam feito um *barreirinho* para colocar ou armazenar água de chuva para os animais.

de parentes ou *terra do Governo*¹². Uma alternativa a isso surge com a implantação do sistema de compra da palhada dos quintais daqueles que não tem animais, pelos que precisavam de pasto. Foi-me relatado, inclusive, situações de compra antecipada de pasto, ou seja, antes mesmo da colheita, os donos de animais já negociavam o pasto daqueles que não o utilizariam depois da colheita dos legumes.

Além disso, as espécies vegetais cultivadas nas vilas eram as mesmas anteriormente plantadas nos Sítios: o milho, o feijão, a fava e o capim. Do Sítio, portanto, trouxeram o conhecimento e as técnicas dessa lavoura que alimenta os homens (o feijão e a fava) e os animais (o milho e o capim).

A partir de 2018 os lotes de sequeiro começam a ser trabalhados por alguns reassentados. Nesse momento, diferentemente do trabalho nos lotes residenciais, a queimada, mesmo que proibida, é replantada como técnica agrícola, pois não tem como *limpar o pasto* senão com o fogo. Ou seja, uma técnica que mesmo perigosa do ponto de vista ambiental e legal, acaba por ser reproduzida e restaura o sistema antes utilizado nos Sítios desapropriados: brocagem, derrubada, queima, cultivo, colheita, pastagem.

As regras de proteção ambiental são outra novidade. Embora a proibição de queimadas e de derrubada de árvores nativas já fosse do conhecimento dessa população, nas vilas elas se tornam mais rígidas e adentram nas práticas e representações de seus moradores. No interior das vilas são delimitadas áreas de proteção ambiental, assim como surge na vila um novo sistema de fiscalização vegetal, a marcação em vermelho de árvores nativas proibidas de serem derrubadas.

Enfim, estamos a falar de um sistema agrícola tradicional adaptado à nova vida nas vilas.

À guisa de conclusão:

Neste trabalho procurei demonstrar como uma população de sítiantes tradicionais, ao ser submetida a um processo de expropriação e reassentamento forçado, em detrimento do projeto de transposição do rio São Francisco, atualiza um sistema de conhecimentos tradicionais para se adaptar a um novo lugar, as vilas produtivas rurais. Um lugar que a despeito de possuir as mesmas características ambientais que a de seus lugares de origem,

¹² *Terra do Governo* é o nome dado pela população local às áreas de terras que restaram soltas, porque desapropriadas e não destinadas a particulares. Sobre este tema escrevi um texto preliminar apresentado na Reunião de Antropologia de Brasília, em 2018 (Nogueira, 2018).

os Sítios, é organizada a partir de um novo regramento socioterritorial imposto pelo Governo Federal.

Entendo que as situações empíricas apresentadas permitem-nos aludir a um processo de resistência e (re)territorialização de um grupo de famílias tradicionais camponesas camponesa. Resistência no sentido de atos cotidianos e silenciosos de oposição a um regramento externo e violento, como os que as famílias foram submetidas nesse processo de desapropriação-reassentamento. E (re)territorialização como um processo de retomada pelas famílias do controle de sua territorialidade como agente ativo da construção social de seu território (HAESBAERT, 2004).

Ademais, embora tenha tratado de situações empíricas diretamente ligados ao sistema agrícola tradicional, defendo que podemos e devemos estender essa análise para o restante da vida social, como os sistema de morada, a religiosidade e reprodução familiar, dentre outros.

Referências:

BRANDÃO, C.R. **A partilha da vida**. Taubaté: Geic/ Cabral, 1991.

CAMARGO, C. S. **A água e seus fluxos: ação coletiva, conflitos territoriais e povos indígenas na transposição do rio São Francisco**. 2017. 338 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

CARNEIRO DA CUNHA, M. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista da USP**, São Paulo, 2009.

GONÇALVES, C. D. B. **Impactos, conflitos e tensões do projeto de integração do rio São Francisco no município de São José de Piranhas**, PB. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro**. Brasília: Brasília, DF, 2019

LEVY-STRAUSS, Claude. A Ciência do Concreto. In: **O Pensamento Selvagem**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

NASCIMENTO, G. A. **Efeitos socioculturais da transposição do rio São Francisco em comunidades rurais**: a experiência de São José de Piranhas no sertão paraibano. 2018. 117 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

NOGUEIRA, V. S. De sitiantes a moradores de vila: o projeto de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste brasileiro e as novas territorialidades. **Novos Cadernos NAEA**, v. 22, n. 3, p. 97-120, set-dez 2019.

_____. Do “Sítio” à vila produtiva rural: os percursos de famílias rurais desapropriadas pelas obras de transposição do rio São Francisco, no Brasil. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 11., 2015, Montevideú. **Anais** [...]. Montevideú: Universidad de la Republica, 2015. Disponível em: <http://xiram.com.uy/actas-del-congreso/grupos-de-trabajo/ponencias-grupo-de-trabajo-82>. Acesso em: 05 nov. 2018.

_____. Vilas produtivas rurais e “Terra do Governo”: reassentamento de famílias rurais atingidas por obras da transposição do rio São Francisco. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA, 31., 2018, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: http://www.evento.abant.org.br/rba/31RBA/files/1541461554_ARQUIVO_18_RBA_paper_VerenaSevaNogueira.pdf. Acesso em: 04 abril 2019. ISBN: 978-85-87942-61-6.

SIGAUD, L. Implicações sociais da política do setor elétrico. In: SANTOS, L.; ANDRADE, L. (org.). **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: CPI, 1988. p. 103-110.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.